Ata do Comitê de Investimentos nº 12/2026

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, na Sala do Setor de Licitações e Contratos, localizada junto à Prefeitura de Rio dos Índios, situada à Rua Ângelo Santinelli, nº 315, Centro, reuniram-se os membros integrantes do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio dos Índios, sendo eles: Idonez Roberto Piccoli, Liziane Prestes e Vanessa Civa, com a finalidade de analisar os relatórios de gestão dos investimentos relativos ao mês de setembro de 2026, compreendendo os relatórios de Aplicações e Resgates – APRs, Rentabilidade x Meta, Enquadramento e Conjuntura Econômica e Financeira. Os referidos relatórios foram publicados no dia 26 de outubro de 2026 na página oficial do Município de Rio dos Índios. Inicialmente, procedeu-se à análise da conjuntura econômica e financeira referente ao período. Conforme o boletim apresentado, observou-se desaceleração da atividade econômica brasileira e elevação da inflação, com IPCA de 0,82% em setembro e 4,58% em doze meses. A taxa Selic foi reduzida para 13,75% ao ano, enquanto a renda fixa apresentou valorização, especialmente nos títulos indexados à inflação e de maior prazo. Adicionalmente, o Comitê analisou os reflexos do resultado do segundo turno das eleições presidenciais, realizado em 25 de outubro de 2026, sobre o mercado financeiro. Na abertura das negociações do dia 26 de outubro, observou-se acentuada volatilidade, com forte queda do Ibovespa, valorização do dólar e elevação das taxas de juros futuros, especialmente nos vencimentos de longo prazo. A queda do principal índice da bolsa brasileira atingiu o patamar crítico, ocasionando o acionamento do mecanismo de proteção denominado circuit breaker para conter movimentos desordenados e permitir uma reavaliação das condições de mercado pelos investidores. Diante desse cenário, o Comitê ressaltou que a elevação dos juros de longo prazo pode impactar negativamente a marcação a mercado dos títulos públicos e dos fundos de renda fixa, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo dos investimentos previdenciários, com postura prudente e sem a realização de realocações precipitadas em razão das oscilações de curto prazo. Quanto ao desempenho da carteira, verificou-se resultado positivo no mês de setembro, com rentabilidade de R$ 497.594,56

(quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), equivalente a 1,20% no período, frente à meta mensal de 1,28%, atingindo 93,36% da meta no mês. No acumulado do exercício de 2026, a carteira apresenta rentabilidade de R$ 3.911.978,89 (três milhões, novecentos e onze mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), correspondente a 10,2251%, frente à meta acumulada de 8,38%, alcançando, portanto, 121,99% da meta estabelecida na Política de Investimentos, a qual é INPC + 5,64%. Na análise individual dos fundos, observou-se desempenho acumulado positivo dos investimentos integrantes da carteira. Dentre os resultados do exercício, destacam-se os fundos BB IMA-B 5 e Caixa Brasil IMA-B 5, ambos com 11,20%, o BB Perfil, com 10,62%, o Caixa Brasil Referenciado DI, com 10,59%, e o Banrisul Absoluto, com 10,49%. Os resultados continuarão sendo acompanhados pelo Comitê, especialmente diante das oscilações próprias dos ativos de renda fixa. Quanto às movimentações realizadas durante o mês de setembro, foram analisadas as respectivas APRs, que demonstram aplicações no total de R$ 342.168,69 e resgates no total de R$ 384.316,93. Dessa forma, considerando exclusivamente as operações de aportes e retiradas realizadas no período, os resgates superaram as aplicações em R$ 42.148,24 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), resultando em saldo líquido negativo das movimentações no mês de referência. Ressalta-se que esse resultado decorre da diferença entre os valores aplicados e resgatados no período, não se confundindo com a rentabilidade da carteira, que permaneceu positiva no mês. As movimentações registradas se concentraram no fundo Banrisul Automático, além de resgate no fundo Banrisul Absoluto. Com relação às APRs relativas às movimentações realizadas no período, registrou-se que estas foram devidamente cadastradas e assinadas pelo Gestor de Investimentos em 27 de outubro de 2026. O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, referente à competência de setembro de 2026, foi enviado por meio do CADPREV em 28 de outubro de 2026 e assinado pelo Gestor de Investimentos, permanecendo pendente a assinatura da Presidente do RPPS. O Comitê ressalta a necessidade de que a assinatura pendente seja providenciada até o final de outubro de 2026, a fim de evitar

pendências no CADPREV e possíveis repercussões na regularidade previdenciária do Município. Com relação ao enquadramento dos valores em aplicação no final do mês de setembro, foi verificado o montante de R$ 42.071.092,66 (quarenta e dois milhões, setenta e um mil, noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), estando R$ 32.254.308,84, equivalentes a 76,67%, classificados no art. 7º, inciso I, e R$ 9.816.783,82, equivalentes a 23,33%, no art. 7º, inciso V da Resolução CMN nº 5.272/2025, conforme relatório apresentado. As aplicações constam como enquadradas quanto aos limites de concentração por segmento. Quanto ao enquadramento da carteira, verificou-se que os recursos já aplicados nos fundos BB Perfil, Caixa Brasil Referenciado DI e Caixa Novo Brasil IMA-B permanecem enquadrados, sendo permitida a manutenção dos respectivos saldos. Entretanto, considerando que tais fundos são destinados a RPPS que possuem certificação no Pró-Gestão, fica vedada a realização de novos aportes nesses investimentos enquanto o RPPS não atender ao requisito de certificação exigido, não havendo necessidade de resgate dos valores anteriormente aplicados. Diante dos resultados apresentados, o Comitê procedeu à avaliação da carteira de investimentos quanto à rentabilidade, ao enquadramento, à liquidez e aos riscos envolvidos, considerando os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos vigente e na legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social. Foram considerados, especialmente, os riscos de mercado decorrentes das oscilações das taxas de juros, os possíveis impactos da marcação a mercado dos títulos públicos e fundos de renda fixa, bem como a necessidade de preservação da liquidez para atendimento das obrigações previdenciárias. Considerando o desempenho acumulado superior à meta atuarial e a conjuntura econômica e financeira, os membros deliberaram pela manutenção, neste momento, da atual composição da carteira, sem novas realocações, permanecendo o acompanhamento periódico dos investimentos e a possibilidade de revisão da estratégia diante de alterações relevantes nas condições de mercado ou nos riscos identificados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros do Comitê de Investimentos.